

## História, memória e patrimônio italianos: Hospital Matarazzo de São Paulo

### Italian history, memory and heritage: Matarazzo Hospital in São Paulo, Brazil

### Historia, memoria y patrimonio italianos: Hospital Matarazzo en São Paulo, Brasil

Maria Izilda Santos de Matos<sup>1</sup>  
Thaís Teixeira Dias Brambilla<sup>2</sup>

Recebido em: 16 set. 2024  
Aceito para publicação em: 22 nov. 2024

**Resumo:** O Hospital Matarazzo (SP), importante remanescente da presença italiana em São Paulo, teve seus edifícios tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1986, num momento em que enfrentava grave crise que levou ao encerramento de suas atividades (1993). O conjunto construtivo foi vendido (1996) e ficou abandonado por décadas, até ser comprado pelo grupo Allard (2011), que, após articulações, conseguiu a revisão do tombamento e construiu um complexo de alto luxo denominado Cidade Matarazzo, composto de hotel, escritórios, *shopping center*, centro cultural e gastronômico. Essas reflexões geram questionamentos sobre por que nesse momento celebrativo dos 150 anos da imigração italiana, numa cidade como São Paulo, na qual a comunidade italiana foi/é tão expressiva, ocorre tal descaso, descuido e destruição para com o patrimônio histórico, que sucumbe ante

<sup>1</sup> Livre-docente pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da PUC-SP. Pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Doutora (bolsista Capes) e mestra (bolsista CNPq) em História pela PUC-SP. Professora.

os interesses do capital imobiliário. Assim, estes escritos buscam discutir a presença italiana na cidade, as suas práticas associativistas, a constituição das associações beneficentes da comunidade italiana em São Paulo, a criação do Hospital Matarazzo, sua crise e fechamento e a destruição do patrimônio.

**Palavras-chave:** Hospital Matarazzo; São Paulo; memória; patrimônio; imigração italiana; associativismo; beneficência.

**Abstract:** Matarazzo Hospital (SP), an important remnant of the Italian presence in São Paulo, Brazil, had its buildings listed by Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic, and Tourist Heritage of the State of São Paulo in 1986, at a time when the institution was facing a crisis that led to the closure of its activities (1993). The building complex was sold (1996) and remained abandoned for decades until it was purchased by the Allard group (2011), which, after negotiations, managed to have the listing reviewed and built a luxury complex called Cidade Matarazzo, consisting of a hotel, offices, shopping center, and a cultural and gastronomic center. These reflections raise questions about why, at this time of celebration of the 150th anniversary of Italian immigration, in a city like São Paulo, where the Italian community was/is so significant, there are such neglect, carelessness and destruction of the historical heritage, which succumbs to the interests of the real estate capital. Therefore, this text seek to discuss the Italian presence in the city of São Paulo, its associative practices, the establishment of charitable associations of the Italian community in São Paulo, the creation of the Matarazzo Hospital, its crisis and closure, and the destruction of the heritage.

**Keywords:** Matarazzo Hospital; São Paulo; memory; heritage; Italian immigration; associations; charity.

**Resumen:** El Hospital Matarazzo, en São Paulo, Brasil, importante remanente de la presencia italiana en São Paulo, tuvo sus edificios catalogados por el Consejo para la Defensa del Patrimonio Histórico, Arqueológico, Artístico y Turístico del Estado de São Paulo en 1986, en un momento en que la institución afrontaba una grave crisis que la llevó al cierre de sus actividades (1993). El conjunto constructivo fue vendido (1996), permaneciendo abandonado por décadas, hasta que fue adquirido por el grupo Allard (2011), que, previa coordinación, logró revisar la cotización y construir un complejo de alto lujo denominado Cidade Matarazzo, compuesto por hotel, oficinas, centro comercial, centro cultural y centro gastronómico. Esas reflexiones plantean interrogantes sobre por qué en ese momento de celebración de los 150 años de la inmigración italiana, en una ciudad como São Paulo, en la que la comunidad italiana fue/es tan expresiva, hay tal abandono, descuido y destrucción del patrimonio histórico, que sucumbe a los intereses del capital inmobiliario. Por lo tanto, esto escrito busca discutir la presencia italiana en la ciudad de São Paulo, sus prácticas asociativas, la constitución de asociaciones caritativas de la comunidad italiana en São Paulo, la creación del Hospital Matarazzo, su crisis y cierre y la destrucción del patrimonio.

**Palabras clave:** Hospital Matarazzo; São Paulo; memoria; patrimonio; inmigración italiana; asociaciones; caridad.

## INTRODUÇÃO

**Figura 1** – Capela do Hospital Matarazzo “suspensa” para a construção dos subsolos



Fonte: Mauro (2018)

O Hospital Matarazzo (SP), importante remanescente da presença italiana em São Paulo, teve seus edifícios tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1986, num momento em que enfrentava grave crise que levou ao encerramento de suas atividades (1993). O conjunto construtivo foi vendido (1996), ficando abandonado por décadas, até ser comprado pelo grupo Allard (2011), que, após articulações, conseguiu a revisão do tombamento e construiu um complexo de alto luxo denominado Cidade Matarazzo, composto de hotel, escritórios, *shopping center*, centro cultural e gastronômico.

Comemorar significa trazer à memória um acontecimento e nela conservar o passado, discutir os lugares de memória observando seus usos, manipulações, esquecimentos e ocultamentos. Carregados de conteúdos emocionais e forças simbólicas, os momentos celebrativos são estratégicos ao forjar, explorar, atualizar e reordenar as memórias. A produção e a perpetuação de memória implicam um conjunto de operações intencionais, ingerências e manipulações, já que “memória é vida sempre carregada por grupos vividos” (Nora, 1993, p. 9), contudo, sensível a eleições, projeções, práticas

e mediações. Trata-se de um processo envolto em disputas, negociações e relações de força, englobando práticas, elegendo marcos, construindo (e/ou destruindo) lugares de memória que conectam (e/ou desconectam) o presente com seu passado e as imagens que dele foram preservadas (e/ou aniquiladas) (Aguilhon, 1988; Albuquerque Jr., 2009; Hall, 2005).

Essas reflexões geram questionamentos sobre por que nesse momento celebrativo dos 150 anos da imigração italiana, numa cidade como São Paulo, na qual a comunidade italiana foi/é tão expressiva, ocorre esse descaso, descuido e destruição para com o patrimônio histórico, que sucumbe ante os interesses do capital imobiliário.

Assim, estes escritos buscam discutir a presença italiana na cidade, as suas práticas associativistas, a constituição das associações beneficentes da comunidade italiana em São Paulo, a criação do Hospital Matarazzo, sua crise e fechamento e a destruição do patrimônio<sup>3</sup>.

## ITALIANOS EM SÃO PAULO: EXPERIÊNCIAS E ASSOCIATIVISMO

Os estudos sobre a imigração em São Paulo concentram uma produção ampla, diversificada e enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão, podendo ser considerada uma temática eleita pela historiografia paulista, particularmente quando inter cruzada com outros temas como cafeicultura, indústria, trabalho e movimento operário. Nos estudos sobre as experiências migratórias, os italianos têm sido um grupo privilegiado, pela sua importância e expressão numérica.

No final do século XIX e início do XX, o aumento da imigração italiana para São Paulo esteve vinculado à política de subsídios à introdução de trabalhadores para o café, que foi capitaneada pela Sociedade Promotora de Imigração, com recrutamento por meio de agenciamentos na Itália que incluíam o fomento das passagens e da hospedagem (Gonçalves, 2021). Os deslocamentos dos italianos também funcionaram por intermédio das redes migratórias (Truzzi, 2008), com a divulgação de informações e das “chamadas” de parentes e/ou conterrâneos anteriormente emigrados.

**Tabela 1** – Estrangeiros em São Paulo (maiores grupos)

Anos	TOTAL GERAL	Italianos	Portugueses	Espanhóis
1885-1909	<b>1.059.199</b>	744.244	134.594	180.361
1910-1934	<b>654.637</b>	187.558	263.063	204.016
1935-1959	<b>311.987</b>	90.130	156.536	65.321
1960-1961	<b>31.665</b>	4.144	14.982	12.539
Total	<b>2.057.488</b>	1.026.076	569.175	462.237

Fonte: São Paulo (1962, p. 44)

<sup>3</sup> Esta pesquisa envolve um corpo amplo e diversificado de fontes. Apesar da impossibilidade de acesso a todos os documentos institucionais, foi pesquisado o Fundo da Secretaria de Obras e Viações, do Arquivo do Estado de São Paulo, a imprensa diária (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano*, entre outros), bem como o Processo de Tombamento do CONDEPHAAT, seus anexos e a revisão do tombamento.

Os italianos destacaram-se entre os trabalhadores nas lavouras, particularmente as de café, e fizeram-se presentes nas cidades do interior do estado<sup>4</sup>. Atraídos para a capital, agruparam-se em territórios “conforme a região de origem: os napolitanos, no Brás; os calabreses, no Bixiga; os venezianos, no Bom Retiro” (Carelli, 1985, p. 34). Trabalhavam em atividades urbanas, incluindo o nascente setor industrial<sup>5</sup>, e distinguiram-se nas lutas e nos movimentos operários (Toledo, 2004a, 2004b; Biondi, 2011).

Os italianos também se dedicaram aos serviços urbanos, em funções como cocheiro, carroceiro, em serviços de transporte (bondes e ferrovias), na construção civil, em obras públicas e particulares, e atuaram como jornaleiro, carpinteiro, pedreiro, pintor, marceneiro, vidreiro, serralheiro, marmorista, fabricante de artefatos de cimento e gesso e de tacos de madeira para pisos. No setor de ofícios, trabalharam em funções como sapateiro, alfaiate, ourives, barbeiro, padeiro, além dos serviços domésticos.

O comércio constituía um campo de possibilidades. Os italianos fizeram-se presentes nos pequenos negócios, alguns envolvendo toda a família, como lojas de roupas, tecidos, armarinhos e miudezas, ferragens, louças, vidros, instrumentos musicais, comércio de alimentos (quitandas, açougues, armazéns, leiterias, padarias) e em bares, cafés, botequins, restaurantes, confeitarias e pastelarias.

A presença expressiva dos italianos na cidade de São Paulo foi registrada por Gina Lombroso Ferrero (1981, p. 146), quando da sua visita em 1909:

O traço mais saliente da cidade é sua italianidade. Ouve-se mais italiano em São Paulo que em Turim, Milão, em Nápoles porque passo que entre nós se fala o dialeto, em São Paulo todos os dialetos se fundem sob a influência dos vênets e toscanos, que são a maioria, e os da terra adotam o italiano como língua oficial. São Paulo dispõe de cinquenta escolas italianas, numerosíssimas sociedades italianas de música e pintura. Vinhos, pães, automóveis, roupas, tecidos, livros, anúncios, tudo é italiano. Nos empórios veem-se montanhas de latas de tomate siciliano e de massas napolitanas, nas lojas de tecidos figuram todos os algodões de Lombardi, as nossas sedas de Como, os nossos chapéus de Florença e de Alessandria.

Entre os italianos que se estabeleceram na cidade, destacaram-se aqueles com formação superior: médicos, farmacêuticos, arquitetos, professores, advogados e construtores. Ainda se distinguia a presença de empreendedores no comércio de importação e no setor industrial. Em 1901 mais de 25% das indústrias do estado de São Paulo pertenciam a italianos. Os dados de 1920 apontam um crescimento de aproximadamente 50% da atuação desses imigrantes (Bandeira Jr., 1901; Trento, 2022).

Para esta pesquisa, merecem menção a trajetória e as atividades de Francisco Matarazzo, que chegou ao Brasil em 1881. Inicialmente, dedicou-se ao comércio de banha, farinha e outros produtos; depois ampliou e diversificou suas ações em diferentes áreas e esferas, constituindo o maior conjunto de indústrias da América Latina – as

<sup>4</sup> Estima-se que, dos mais de 2 milhões de imigrantes que entraram no estado entre 1890 e 1930, cerca de 58% foram financiados e em sua maioria passaram pela Hospedaria dos Imigrantes. Nove em cada dez imigrantes saídos dessa hospedaria foram encaminhados para o interior do estado. Segundo o censo de 1920, dos mais de 1,5 milhão de imigrantes no país, 53% estavam no estado de São Paulo, e, destes, mais de 800 mil habitavam fora da capital (Bassanezi *et al.*, 2008).

<sup>5</sup> A presença dos italianos foi detectada nas indústrias de fiação, tecelagem e malharia, de cigarro, charuto e fumo, na confecção de roupas, roupas brancas, redes, na produção fabril de fitas, fósforos, velas, sabão, chapéus, calçados e tamancos, assim como no setor de alimentos, panificação, chocolate e bebidas, metalurgia, cerâmica e vidro (Boletim [...], 1911-1912).

Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM). Tal grupo agregava fábricas, depósitos, armazéns, que incluíam o segmento têxtil de tecelagem, fiação, malharia, tinturaria e estampanaria de algodão, fábrica de seda e sacaria; no setor de alimentos, indústria de banha, beneficiamento de trigo (moinho, depósitos e armazéns) e arroz; fábrica de óleos e de sabão, frigorífico e a Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda. (Martins, 1974; Couto, 2004; Cenni, 2003).

O Conde Matarazzo foi alçado à condição de patrono da comunidade italiana. Por meio de doações, colaborou com diferentes associações, cabendo pontuar o Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri (Franchini, 2015), a associação esportivo-futebolista Palestra Itália (Guedes; Zief; Negreiros, 2006) e a Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo.

A comunidade de italianos organizou-se em associações com diferentes finalidades, como clubes, escolas, entidades culturais, musicais, recreativas, esportivas, destacando-se as sociedades de mútuo socorro, como a Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo (SIBSP), fundada em 1878.

[...] associações italianas de socorro mútuo [...] começaram a proliferar em São Paulo, durante a década de 1890 (até aquela época só existia a Sociedade Italiana de Beneficência e a “Vittorio Emanuele II” fundadas em 1878-79). Estas associações não eram grupos políticos, mas, assim como os sindicatos, constituíam um espaço de afirmação política, às vezes explicitamente caracterizado pelo lado republicano, socialista ou monarquista. Militantes, lideranças comunitárias e sindicalistas as frequentavam com certa assiduidade, sendo parte do mundo organizativo e de sociabilidade, dentro de um universo identitário italiano. Os sócios eram quase exclusivamente comerciantes, pequenos empresários, artesãos, técnicos e operários qualificados, mas estas associações recebiam outros imigrantes em festas e comemorações e abriam suas sedes para abrigar reuniões, cursos diversos (de italiano ou profissionalizantes) e círculos culturais ou esportivos formados por não integrantes (Biondi, 2020, p. 99).

Com o aumento das chegadas de italianos, ocorreu o crescimento do associativismo, que apresentava características próprias, contudo era dificultado “por rupturas e conflitos, que tinham sua raiz em conflitos políticos e regionais, sobretudo ligados ao embate entre monarquistas e antimonarquistas e entre italianos do Norte e do Sul” (Biondi, 2012, p. 87).

A constituição de sociedades de mútuo socorro abarcava experiências anteriores na Itália e visava suprir a inexistência de políticas sociais de assistência à saúde e de aposentadorias.

O elo de união entre as sociedades de socorros mútuos residia no caráter previdenciário das mesmas. Quase que unanimemente elas tomavam a si a incumbência de cuidar da saúde dos sócios, garantir seu sustento quando impossibilitados de trabalhar, zelar pela família daqueles que faleciam, encarregar-se do funeral dos membros. Propunham-se ainda a assistir juridicamente os sócios e prestar auxílio aos que fossem presos. Preocupavam-se com a educação dos sócios e de seus filhos, e possibilitavam oportunidades de lazer patrocinando festas, bailes e piqueniques (Luca, 1990, p. 24).

A prática associativa difundiu-se como uma forma de apoio, manutenção de laços com a terra natal e suas tradições, relações de sociabilidade e de criação do sentimento de “italianidade” (Truzzi, 2018), entretanto o associativismo também deve ser entendido como algo presente num campo de lutas e resistências, numa arena de tensões que envolviam relações de dominação, imposições, negociações e trocas.

## SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICÊNCIA DE SÃO PAULO E HOSPITAL UMBERTO I

A elite imigrante foi atuante na organização e manutenção de associações, o que indicava luta por posições de poder dentro da comunidade e busca de prestígio e inserção na elite paulista. A SIBSP, que posteriormente criou o Hospital Umberto I, contou com a cooperação da elite italiana para a construção e manutenção do hospital.

[...] para os que ascendiam na camada social essas associações representavam um meio para o exercício do mecenato, capaz de propiciar renome fora e dentro da colônia [...]. Não se pode esquecer que a pequena camada de imigrante que amealhou fortuna não encontrou, de imediato, guarida na aristocracia local. [...] é certo contar que a segregação nunca foi total [...], os mais abastados buscavam o reconhecimento no interior da própria colônia. Nessa medida, a iniciativa da constituição e/ou direção de uma sociedade e auxílios poderia partir de elementos ricos, que impunham a realização de uma grande tarefa, capaz de redimi-los perante toda a sociedade. [...] aqui destaca-se a construção de um grande hospital – obra levada a cabo pela Sociedade Italiana de Beneficência, depois da Sociedade Italiana de Beneficência para o Hospital Umberto I (Luca, 1990, p. 143).

A SIBSP unia associados de distintas regiões da Itália e buscava atender a todos que procuravam por seus serviços. Inicialmente, suas ações centraram-se nos esforços para erguer um hospital; num segundo momento, na busca de um local maior para melhorar e ampliar o atendimento; e numa terceira etapa, na organização, gerência, manutenção e ampliação do Hospital Umberto I.

**Figura 2** – Primeiro prédio do hospital, localizado na Rua Major Diogo, 200, Bixiga



Fonte: EE Dra. Maria Augusta Saraiva (2014)

Desde o início de suas atividades (1878), a SIBSP acompanhava as normativas associativas regidas pelo governo imperial<sup>6</sup>. Nesse momento inicial, enfrentou dificuldades de estruturação, organização, instabilidade no número de associados, falta de recursos financeiros e inadimplência no pagamento das mensalidades<sup>7</sup>. Fazendo frente a essas adversidades, a SIBSP adquiriu um terreno no bairro do Bixiga (1881) e implementou a construção do hospital, que iniciou suas atividades em 1885.

Com o crescimento da comunidade e das demandas por atendimentos, em pouco tempo o hospital ficou pequeno. O prédio foi vendido e um amplo terreno (27.995,09 m<sup>2</sup>) foi adquirido na confluência entre a Alameda Rio Claro, a Rua Itapeva, a Rua São Carlos do Pinhal e a Rua Pamplona (próximo à Avenida Paulista). Em 1.º de janeiro de 1904 o novo hospital foi inaugurado; possuía dois andares, com várias salas e enfermarias interligadas por corredores<sup>8</sup>.

Em seu primeiro ano de funcionamento, foram internados 710 pacientes, dos quais apenas 85 eram pagantes. Cumprindo seu papel beneficente, a entidade começou a receber pacientes “sem distinção de nacionalidade, raça, cor ou religião” (Cenni, 2003, p. 304). Vários membros da comunidade italiana colaboraram para as melhorias do hospital, especialmente a família Matarazzo. Em 1915 teve início a expansão do hospital. A nova intervenção foi a construção da Casa de Saúde Francisco Matarazzo, financiada pelo conde.

Compreende uma área de mil metros quadrados. A construção, em suas linhas de admirável simplicidade e precisão, recorda a bela arte italiana e é uma original obra do architecto sr. Bianco. O edifício se compõe de um subterrâneo e de dois andares, com amplos vestíbulos e corredores, que dao a uma área. No subterrâneo estão os gabinetes de hydroterapia, massagens, electricidade, gymnastica medica e salão de banhos, este caprichosamente montado pelo sr. dr. João Marino, estabelecido nesta capital. No primeiro andar ou andar térreo estão os alojamentos para enfermos, o que existe também no segundo andar. Há os alojamentos especiaes, composto de sala, quarto e sala de banho, independente, para uma diaria de cincoenta mil réis. Na classe distincta, a diaria é de 20 mil réis; na primeira, quinze, e na segunda, em que existem duas ou mais camas num mesmo quarto, dez mil réis. Os doentes têm direito à assistência dos médicos internos, todos os serviços e medicações [...]. As salas de jantar, e são duas, estão no primeiro andar. São amplas e bem arejadas. No segundo andar, a que se é conduzido por uma escada de mármore ou por um elevador, estão os compartimentos mais importantes. Há ali as salas de operações scepticas, de esterilização e de operações anti-scepticas [...]. Nesse andar existem os alojamentos para vestiário dos médicos, desinfecções, etc. (Correio Paulistano, 1917).

<sup>6</sup> As normativas para a criação de instituições começaram a ser criadas em 1818. O Decreto n.º 2.711 de 19 de dezembro de 1860, que instituía a chamada Lei dos Entraves, regulamentou as associações mutuais, entre elas a SIBSP (Almeida, 2014).

<sup>7</sup> Seu primeiro presidente foi o Dr. Inacio Bertoldi, um dos primeiros médicos imigrantes que se fixaram em São Paulo, depois de ter atuado em Santa Catarina e no Rio de Janeiro (Salles, 1996).

<sup>8</sup> Durante o período de 1831 a 1920, entraram em São Paulo 41 médicos italianos, dos quais 20 participaram de alguma forma da SIBSP. O médico italiano Carlo Comenale ajudou a fundar o hospital e foi seu diretor por 36 anos. O corpo clínico era composto em sua maioria de médicos italianos (Salles, 1996; Lacaz, 1989).



Na descrição da Casa de Saúde, observam-se os cuidados do projeto arquitetônico e de suas especificidades hospitalares, tendo várias alas com funções definidas por especialidades. Durante vários anos o hospital recebeu doações de italianos para erguer novas instalações, equipamentos, capela, clínica pediátrica e maternidade.

Em 1920 o dr. Paulo Siciliano doava ao hospital uma cozinha a vapor e o conde Francisco Matarazzo Júnior um gabinete de fisioterapia. Dois anos mais tarde, os leitos das enfermarias subiam a 120 e Dona Virginia Matarazzo construía e doava à sociedade a capela, que é uma verdadeira igreja, enquanto o conde Francisco Matarazzo ampliava à sua custa as acomodações do gabinete de raios X [...]. Em 1929 era levantado um novo prédio, no conjunto, para a instalação de uma cozinha moderna, lavanderia, rouparia e refeitório para os empregados. Em 1931, Antônio de Camillis resolvia custear a construção de um hospital para crianças [...]. Naquele mesmo ano era lançada a pedra fundamental da maternidade, oferecida pela Condessa Filomena Matarazzo (Cenni, 2003, p. 306).

A próxima modificação relevante no hospital foi a que transformou o pavilhão da enfermaria em Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, construída por Francisco Matarazzo em homenagem ao seu filho mais velho, que faleceu em 1920.

A Casa de Saude “Ermelino Matarazzo”, que se acha entre o Hospital Umberto I e a Casa de Saude “Conde Francisco Matarazzo”, ocupa uma área de 58x48 metros, tem 53 quartos, possuindo todos eles banheiros e instalações sanitárias; 18 apartamentos de 1ª classe com saleta, quarto de banho e todas as instalações higienicas; e 4 apartamentos de luxo, com dormitorios, salas de visita, quarto de banho e optimas instalações sanitarias. As salas de leitura, de jantar e de operações estão admiravelmente installadas possuindo todas excelente e rico mobiliário. O gabinete de oto-rhino-laringologia possui uma completa instalação. Na frente do hospital ergue-se um bello busto do saudoso patrono Ermelino Matarazzo, obras do admiravel e grande escultor Brisolará (Correio Paulistano, 1925).

A proposta da Casa de Saúde era atender os pacientes mais exigentes, contando com instalações requintadas e individualizadas. Todos os quartos tinham um banheiro próprio, alguns deles até mesmo sala de visita.

O ambulatório possuía as mesmas características de outras construções, mas a edificação não era para internação, e sim para consultas médicas, tendo também uma sala destinada a primeiros socorros. Outros pavilhões que foram erigidos contavam com ambulatórios, enfermarias, salas de operações, de esterilização, de curativos e sala de médicos.

Observa-se que, durante seus anos de funcionamento, o hospital passou por reformas e expandiu suas construções<sup>9</sup>, viabilizando o aumento de atendimentos prestados; em 20 anos, a quantidade de pacientes que passaram pelo hospital quadruplicou. Em 1924, pouco mais de 43% da população atendida era brasileira (possivelmente, muitos descendentes de italianos nascidos no Brasil), 42% era italiana, além de outras

<sup>9</sup> No processo de tombamento do complexo pelo CONDEPHAAT aparecem arrolados os seguintes prédios: Pavilhão Administrativo, Casa de Saúde Francisco Matarazzo, Capela Santa Lucia ou Luzia, Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, Pavilhão de Enfermarias, Prédio de Ambulatórios (com áreas expandidas, construídas, ampliadas ou reformadas), que após 1926 passou a se chamar Pavilhão Vitorio Emanuele III, Maternidade Condessa Filomena Matarazzo, Clínica Pediátrica Amelia de Camillis e estacionamento (São Paulo, 1987).

nacionalidades, como portugueses, sírios, alemães e japoneses. Nesse mesmo ano, entre o público pagante e aquele atendido gratuitamente, verifica-se um equilíbrio: 50,3% dos atendimentos foram gratuitos, contra 49,7% pagos.

Desde o início de suas atividades, o hospital enfrentou dificuldades econômicas. Na década de 1940, a situação agravou-se<sup>10</sup>. As novas gerações de filhos e netos de italianos diminuíram suas doações ao hospital, o qual “[...] se tornou continuamente dependente do repasse dos recursos oficiais para a sua manutenção (até chegar a 80% do total a partir de meados da década de 1970), o que provocou a decadência financeira da Società” (Kikuchi, 1997, p. 148). A maioria dos atendimentos do hospital passou a ser “gratuita”, custeada por verbas governamentais, que eram repassadas ao hospital por intermédio do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps).

Em janeiro de 1985, a imprensa paulistana denunciava as “fraudes no Hospital Matarazzo contra o Inamps”, desencadeando um escândalo que atingiu o hospital e levou ao seu descredenciamento, com o fim do repasse de verbas do Inamps. A diminuição da receita intensificou a crise financeira (a dívida calculada era de Cr\$ 12,5 bilhões, sendo Cr\$ 4,5 com os salários atrasados de médicos e funcionários<sup>11</sup> e Cr\$ 8 bilhões devidos para fornecedores) e impediu a continuidade do atendimento de pacientes, levando ao encerramento das atividades em março de 1986 (Folha de S. Paulo, 1986b).

O estoque de medicamentos do hospital só dá para mais uma semana. Com 584 leitos e responsável pelo atendimento de cerca de 35 mil pessoas por mês (sendo 85% através do Inamps), o hospital enfrenta uma das mais sérias dificuldades financeiras de seus 82 anos de funcionamento. Na última terça-feira, o pronto-socorro foi fechado, o hospital passou a atender apenas emergências e 170 pacientes tiveram alta ou foram transferidos (Folha de S. Paulo, 1986a).

Depois de cinco meses fechado, em julho de 1986 o hospital foi reaberto, em uma cerimônia que contou com a presença do governador Franco Montoro e de Hésio Cordeiro, presidente do Inamps. Em outubro de 1986, passou a ser novamente conveniado ao Inamps e, com a ativação dos repasses, pôde voltar a atender a população (mais de 400 leitos e internando mais de 2 mil pacientes por mês) (O Estado de S. Paulo, 1986b, 1987).

A reabertura envolveu mudanças: a instituição retornou ao nome original (Hospital Umberto I), ocorreu a assinatura pelo governador do tombamento pelo CONDEPHAAT e a renovação do estatuto com a formação de um conselho diretor, composto de “representantes do Estado, Prefeitura, Inamps, Associação de Médicos e Funcionários e Sociedade Beneficente” (O Estado de S. Paulo, n. 34.177, 1986a). A crise parecia sanada, mas isso só se deu momentaneamente, porque os problemas financeiros se agravaram, culminando com o encerramento definitivo da instituição em outubro de 1993.

<sup>10</sup> Nos primeiros anos do hospital, a família Matarazzo foi a grande benemerita, porém as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) entraram em crise, então a ajuda passou a acontecer por meio de empréstimos, e não mais de doações. A sociedade mantenedora da instituição contraiu dívidas, sobretudo com o grupo Matarazzo. Como garantia de pagamento, foi hipotecada parte dos prédios do hospital, ainda em funcionamento. A crise do hospital agravou-se ainda mais durante a década de 1980, e parte dessa crise pode ser relacionada aos problemas econômicos enfrentados pelas IRFM.

<sup>11</sup> A situação dos funcionários era difícil diante dos atrasos no pagamento dos salários, levando à sua organização com manifestações e paralisação de atividades (Folha de S. Paulo, 1986b).

Depois do fechamento do hospital, os prédios ficaram abandonados, até que foram comprados em novembro de 1996 pela Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), numa transação no valor de R\$ 42 milhões. Houve muita especulação sobre o que aconteceria com as edificações e se seria retomada a sua atividade hospitalar.

A Previ tinha planos para a área e fez tentativas de modificar o tombamento (ocorrido em 1985), contudo o empreendimento planejado não se viabilizou. Várias notícias foram veiculadas, como a possibilidade de compra pela Fundação Zerbini, mantenedora do InCor, em 2005; também foi noticiado em 2010 o interesse de compra pela Fundasp, mantenedora da PUC-SP. Em 2012, o Grupo Allard adquiriu os edifícios do antigo hospital por R\$ 117 milhões<sup>12</sup>, pretendendo construir um complexo luxuoso (depois denominado Cidade Matarazzo)<sup>13</sup>.

## TOMBAMENTO: MEMÓRIA X GENTRIFICAÇÃO

O processo de tombamento (n.º 23.107/84) do Hospital Matarazzo teve início com o pedido de autorização de demolição de parte dos prédios, que foi encaminhado pelo próprio hospital, visando à construção de edifícios de escritórios, consultórios, hotel e *shopping center*, incluindo um estacionamento no subsolo. Para tanto, seria demolida uma área de 9.869,86 m<sup>2</sup>, que incluía quatro unidades: as Casas de Saúde Francisco e Ermelino Matarazzo, o Pavilhão Administrativo e os prédios de cozinha, lavanderia e refeitório (São Paulo, 1984). Esse pedido foi negado em abril de 1985<sup>14</sup>, e deu-se início ao processo de estudos de tombamento pelo CONDEPHAAT, sustando qualquer alteração nos edifícios até o encerramento dos trâmites.

De acordo com o estudo, o tombamento do Hospital Matarazzo justificava-se pela sua identificação enquanto *patrimônio de memória da imigração italiana* para São Paulo, observando-se aspectos históricos (chegada de imigrantes, associações beneficentes, questões de saúde e história do hospital), características arquitetônicas e graus de conservação das edificações. Nas conclusões, afirmava-se a relevância do conjunto:

<sup>12</sup> Os edifícios foram comprados pela Previ em 1996 por R\$ 42 milhões e, depois de 16 anos, foram vendidos por R\$ 117 milhões, gerando para essa instituição um lucro de R\$ 75 milhões.

<sup>13</sup> Entre o encerramento do hospital (1993) e a inauguração do Cidade Matarazzo (2022), nos edifícios abandonados ocorreram manifestações pela reabertura do hospital, protestos dos funcionários que ficaram sem receber seus salários (1994) e invasão do Movimento Fórum dos Cortiços, filiado à União dos Movimentos por Moradia (1998). Sucederam-se atividades culturais, como a encenação do espetáculo teatral *O livro de Jó* (1994 e 2002), exposições de artes *No existem los limites* (1996) e *Made by... Feito por brasileiros* (2011), edição da Casacor (2003), desfile de moda (2005) e o *show* musical *Rock na Cidade* (2015).

<sup>14</sup> A negativa justificava-se pela Lei n.º 8.328 de dezembro de 1975 da Prefeitura de São Paulo, que estabelecia zonas de uso e incluía a preservação de imóveis de caráter histórico, artístico e cultural. De acordo com a medida, a capela e a maternidade foram classificadas como P1 (preservação integral), e os edifícios do Pavilhão Administrativo, as Casas de Saúde Francisco e Ermelino Matarazzo, o Pavilhão Pediátrico e o Pavilhão Vitorio Emanuele III e os corredores entre os edifícios como P2 (preservação de fachadas, coberturas e gabaritos). Foram classificados com grau de preservação P3 (em que se mantém preservada a volumetria dos prédios) os edifícios restantes: cozinha, lavanderia e refeitório, clínica Amélia de Camillis, novo prédio hospitalar, lanchonete, lojas e estacionamento.

- É um remanescente altamente representativo das instituições organizadas pela parcela mais significativa dos imigrantes fixados na cidade de São Paulo, os italianos<sup>15</sup>;
- Exerceu papel de destaque no atendimento médico-hospitalar da população trabalhadora da cidade, especialmente no período em que a assistência pública era deficitária;
- Desenvolveu uma qualidade de atendimento que o fez ser também procurado – em especial a maternidade – pela população de médio e alto poder aquisitivo;
- Destacou-se como espaço de formação profissional e de estudo da ciência médica<sup>16</sup>;
- Teve papel pioneiro em algumas atividades hospitalares (São Paulo, 1987).

O estudo também destacava que, apesar da falta de homogeneidade dos edifícios (em virtude das diversas reformas e construções realizadas com o passar dos anos), vários prédios que o projeto construtivo pretendia demolir não estavam descaracterizados (Rodrigues, 1996, p. 195). Em 19 de maio de 1986, o colegiado do CONDEPHAAT aprovou a proposta de tombamento, que foi assinada pelo então presidente do órgão, Modesto de Souza Barros Carvalhosa, e, posteriormente, referendada pelo então governador do estado, Franco Montoro<sup>17</sup>.

Com o encerramento das atividades do hospital em 1993, foi feita uma nova proposta de intervenção, seguida de um pedido para revisão do tombamento, que foi aprovado pelo CONDEPHAAT. A reação veio com a mobilização da vizinhança por meio de associações de moradores, que iniciaram uma ação civil pública para impedir a demolição, alegando que o conjunto deveria ser preservado<sup>18</sup>. Em 2004 o juiz da 5.ª Vara da Fazenda Pública anulou a revisão de tombamento e proibiu quaisquer modificações e construções (O Estado de S. Paulo, 2004).

Se a ação de tombamento visava garantir a preservação, seu efeito acabou levando ao abandono e à deterioração do conjunto, já que não houve nenhum tipo de intervenção das instituições envolvidas, o que leva a crer que a preservação não era uma questão relevante. A situação dos prédios tornou-se precária, conforme matéria no jornal *O Estado de S. Paulo* (2009):

---

<sup>15</sup> A revisão do tombamento, em seu artigo 4.º, inciso XIII, previa um espaço em local público para exposição de documentos a respeito da história do hospital: “A fim de preservar o potencial de evocação da memória das atividades desenvolvidas no hospital, desde a constituição da associação de Ajuda Mútua da colônia italiana em sua origem na Rua Major Diogo, até o local de nascimento de gerações de paulistas, a Maternidade, passando pela dinâmica de crescimento e transformação do conjunto, deve-se prever, no interior de um ou mais pavilhões tombados, área(s) com possibilidade de fruição pública para exposição permanente de documentação relativa à sua história” (São Paulo, 2014).

<sup>16</sup> A associação científica ARS Médicas, fundada pelo Dr. Alfonso Bovero em 1923, funcionou nas instalações do hospital.

<sup>17</sup> O estudo de tombamento teve início com o Processo n.º 23.374 de 1985, que foi finalizado pela Resolução n.º 29 de 30 de julho de 1986 (São Paulo, 1987), posteriormente revogada em 1993.

<sup>18</sup> Juntamente com o processo do CONDEPHAAT, e visando manter o patrimônio preservado, em várias ocasiões associações de moradores (Sociedade dos Amigos e Moradores do Cerqueira César) entraram com ação civil pública para impedir demolições e novas construções. Possíveis obras e alterações no patrimônio também teriam de ser analisadas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

É uma das joias arquitetônicas de São Paulo, tombado tanto pelo conselho de patrimônio público municipal quanto pelo órgão estadual. Mas isso não impediu a degradação – há pedaços inteiros de forro no chão, além de um sem-número de goteiras em quase todos os cômodos. Equipamentos hospitalares se amontoam em alguns cantos, juntando pó e servindo de abrigo para ratas. Parte do teto está ruindo. E qualquer vislumbre da imponência de outrora está sendo destruído a olhos vistos por infiltrações e rachaduras.

As questões retornam com a aquisição do conjunto do antigo hospital pelo Grupo Allard em 2012, o qual propunha construir um complexo denominado Cidade Matarazzo, que previa a demolição dos prédios “considerados de menor importância patrimonial”. Em agosto de 2013 o grupo teve sua proposta de intervenção negada, dando início a um novo processo de revisão do tombamento, que foi aprovada, apresentando como justificativa o “histórico de abandono da área e o estado de conservação precário” (São Paulo, 2013)<sup>19</sup>.

O estudo da revisão discordava do tombamento original em vários aspectos de classificação das construções. Tratava-se de um total de 11 edifícios de diferentes relevâncias e, assim, justificava-se que todos os prédios classificados com grau de preservação P3 no processo anterior (1986) seriam “destombados”, podendo ser demolidos. As únicas concordâncias de preservação integral foram a capela e parte do prédio da maternidade (Londres, 2007; Watanabe, 2016).

Para a capela, a Resolução SC 13 de 2014 manteve a preservação de fachadas, volumetria e áreas internas, enquanto na Maternidade Condessa Filomena Matarazzo “a proteção recai sobre fachadas e volumetria do corpo principal simétrico, o espaço do saguão do térreo, o esquema de circulação em ‘U’ de ambos os pavimentos e o busto<sup>20</sup> de mármore de D. Filomena Matarazzo” (São Paulo, 2014).

Circularam na imprensa várias matérias sobre a obra, prioritariamente sobre a capela, que, por conta das escavações para construção de vários subsolos, utilizou tecnologia inovadora. As matérias destacavam a segurança e a preocupação com as obras e os cuidados no processo de restauro. A capela foi o primeiro edifício a ser inaugurado em 2021.

Para evitar qualquer rachadura, a escavação das colunas não foi feita com bate-estacas, mas sim com uma perfuratriz de baixa percussão, da maneira mais lenta possível [...]. Questionado sobre os eventuais prejuízos que a operação causou ao prédio, Bianchi [Maurício Bianchi, engenheiro responsável pela obra] é categórico: “o resultado é impecável. Apesar da estrutura de tijolos antigos, não houve absolutamente nenhum dano”. [...] O altar também seria removido, mas os engenheiros temeram danos ao mármore e preferiram instalar sob ele uma laje adicional de sustentação (Folha de S. Paulo, 2018).

<sup>19</sup> A resolução final, publicada no *Diário Oficial*, realizou alterações no tombamento, permitindo assim a construção. O fim do impedimento ocorreu por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que extinguiu a ação civil pública movida pelas associações de moradores. As obras foram liberadas ante o compromisso do grupo de só fazer alterações e intervenções no local respeitando as normas de tombamento (São Paulo, 2014).

<sup>20</sup> O busto foi esculpido como forma de homenagear a doadora do prédio da maternidade e, depois da criação do Cidade Matarazzo e da restauração, passou a integrar a decoração do restaurante Taraz, localizado no andar térreo do hotel, onde anteriormente era o *hall* da maternidade.

**Figura 3** – Capela “suspensa” para a construção dos subsolos (visão lateral)



Fonte: Mauro (2018)

**Figura 4** – Desenho da fachada da capela – 1921



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (1921)

**Figura 5** – Fachada da capela depois do restauro



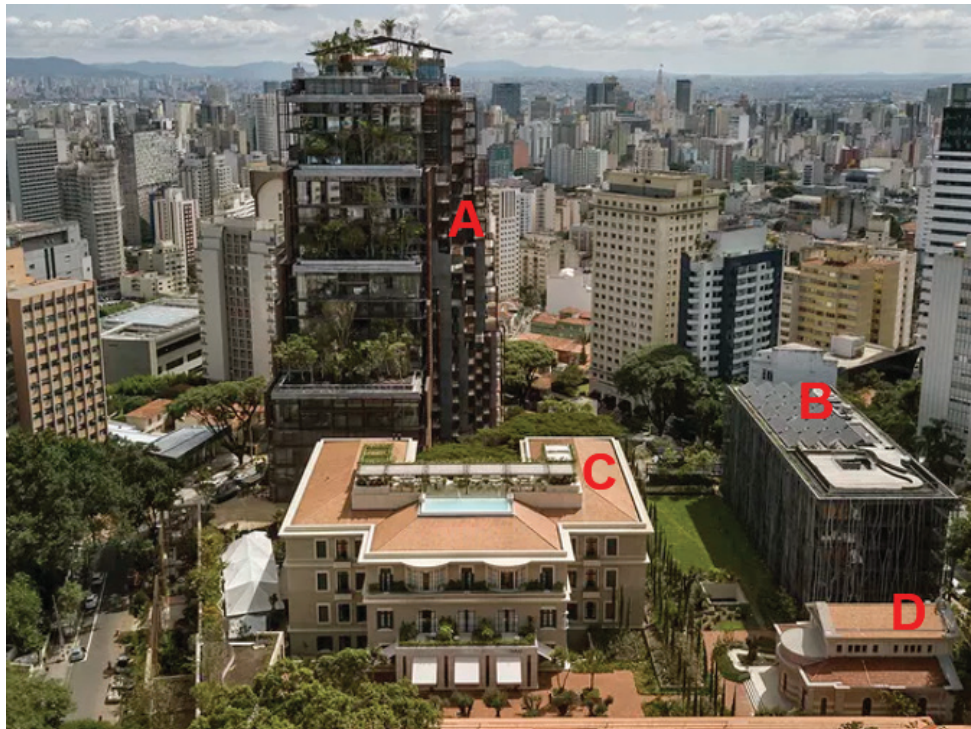
Fonte: Foto de Danilo Verpa/Folhapress (Estadão Conteúdo, 2021)

Além da expressividade arquitetônica dos edifícios, não se devem esquecer a importância do hospital no atendimento aos doentes e o papel de destaque para a maternidade, já que “todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor” (Meneses, 2009, p. 28). Além disso, cabe destacar que as memórias das experiências de todos os que foram atendidos e cuidados na instituição também deveriam ser ponderadas na preservação.

O cotidiano e as vivências atribuídas à materialidade de uma organização hospitalar criaram uma rede de significados que fazem com que a dinâmica exercida em suas dependências extrapole seus limites arquitetônicos e a coloque no campo histórico, social e cultural, repleto de aspectos materiais e imateriais, tornando-a remanescente do passado em cujos valores se alicerça sua preservação (Figueiredo, 2018, p. 102).

A revisão do tombamento pelo CONDEPHAAT, que viabilizou a construção do Cidade Matarazzo, priorizou a conservação física de alguns edifícios, revelando descaso para com o impacto social da eliminação do hospital sobre a população que dependia do seu atendimento e não adotando uma postura preservacionista voltada para a memória.

**Figura 6** – Vista contemplando antigos e novos edifícios



Edifício A – Torre Mata Atlântica (nova construção); Edifício B – Edifício Ayahuasca ou Rio Claro (nova construção);  
Edifício C – Maternidade Condessa Filomena Matarazzo ou Hotel Rosewood (restauro e construção do anexo);  
Edifício D – Capela Santa Luzia (restauro)

Fonte: Foto de Andre Klotz para o *site* Casa Vogue (D’Amaro, 2022)

Observam-se na imagem aérea do complexo finalizado a antiga maternidade restaurada e requalificada (C) e a capela restaurada (D), bem como os dois edifícios novos que foram construídos: ao fundo, a Torre Mata Atlântica (A), com 25 andares, ultrapassa a altura da maternidade e sobrepõe-se ao antigo edifício; e o Edifício Ayahuasca (B), de arquitetura moderna, com uso de muito vidro e cores escuras, contrastando com os prédios antigos.

O processo contemporâneo de espetacularização das cidades é indissociável dessas estratégias de marketing urbano, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para a cidade, que lhe garanta um lugar na nova geopolítica das redes internacionais. Nessa nova lógica de consumo cultural urbano, as grandes vedetes são tanto os novos equipamentos culturais, as franquias de museus com suas arquiteturas monumentais de “griffe” de arquitetos do “star system” internacional – cada vez mais especulares e visados pela mídia e pela indústria do turismo –, que passam assim a ser âncoras de megaprojetos urbanos inseridos nos novos planos estratégicos... tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias, manipuladas como imagens de marca. A competição entre cidades por turistas ou empreendedores estrangeiros é acirrada e as municipalidades se empenham para melhor vender a imagem de marca da sua cidade, em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente o visitante estrangeiro, através de seu maior chamariz, o espetáculo. O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado (Jacques, 2003, p. 34).



## Os interesses econômicos prevaleceram sobre os preservacionistas.

A ação privada em relação ao patrimônio está regida, assim como em outros âmbitos, pelas necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho. Frequentemente, esta tendência leva à exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, à expansão voraz da especulação imobiliária e do transporte privado, em detrimento dos bens históricos e do interesse das maiorias (Canclini, 1994, p. 105).

As modificações feitas em um bem tombado podem ocorrer para restaurar, considerando que, “mais que testemunha do passado, o patrimônio é um retrato do presente” (Rodrigues, 1996, p. 195), mas em muitos casos elas vêm acompanhadas de maiores modificações, já que a requalificação dos bens expressa novas preocupações de determinado momento histórico.

Numa trajetória de mais de 100 anos, as mudanças sociais e físicas da cidade, do entorno do Hospital Matarazzo e dos interesses urbanos levaram a um novo aproveitamento do terreno. Apesar das diferenças físicas já apontadas, as principais mudanças estão relacionadas ao uso e aos usuários desse bem, as quais podem ser observadas por meio da categoria de gentrificação, baseada nas diferentes dimensões da “produção do espaço gentrificável”, em que os novos usos geram a valorização do espaço, com a “elitização social com expulsão de grupos vulneráveis”, que modifica a utilização por outra mais valorizada (economicamente) e, por último, gera a “transformação na paisagem constituída”, ligada a renovações, transformações, novas construções e usos (Siqueira, 2014).

[...] gentrificação é um processo de redesenvolvimento urbano que leva à elitização social e expulsão de grupos vulneráveis. Por um lado, ela é baseada no processo de criação destrutiva do espaço urbano para a promoção de um novo arranjo socioespacial que privilegia usos e usuários ligados à economia neoliberal. Por outro, processos de gentrificação estão baseados no consumo de estilos de vida, desenhos urbanos e projetos arquitetônicos apoiados em um novo padrão sociocultural pós-moderno. Entretanto, o processo leva à expulsão de usos e usuários que não interessam a esse novo arranjo de atividades de produção, consumo e reprodução social (Siqueira, 2014).

No caso do Cidade Matarazzo, ele contempla, entre outros equipamentos, um hotel que prioriza uma clientela elitizada e diferente dos antigos usuários do hospital<sup>21</sup>. O novo empreendimento promoveu ainda mais a valorização da região, elevando os valores imobiliários na área. Essa ressignificação foi justificada sob o pretexto de criação de empregos, geração de impostos, atração de turistas e promoção de atrações culturais, entretanto não exclui um campo de disputas entre a preservação do patrimônio histórico e a modernização (Benhamou, 2017).

<sup>21</sup> As diárias do Hotel Rosewood variam entre R\$ 4.700,00 e R\$ 18.000,00, conforme valores obtidos no *site* em maio de 2024 (Rosewood São Paulo, 2024). A empresa responsável pelo empreendimento colocou à venda para investidores 71 unidades do hotel, com valor de compra de R\$ 39.000,00 o metro quadrado (m<sup>2</sup>), que deveria ser acrescido de R\$ 9.000,00 por m<sup>2</sup> para a decoração do ambiente. O valor total das unidades variava entre R\$ 2.600.000,00 e R\$ 7.760.000,00, dependendo do tamanho (BM Empreendimentos e Participações SPE S.A.; ISM Gerenciadora de Empreendimentos Imobiliários Ltda., 2018).

Com frequência, se engendram esforços para que esse patrimônio cultural seja aberto a algum tipo de divulgação maior. Buscam-se modos de aproveitar esse acervo de maneiras mais abrangentes, que atinjam um maior número de pessoas; formas de tornar acessível a um público comum, não acadêmico, um tipo de patrimônio e de informação que, de início, seria uma espécie de propriedade intelectual dos especialistas – como encarregados de identificar o patrimônio histórico e recomendar os melhores modos de sua preservação. Em vez disso, pretende-se ampliar o acesso a estas informações, ou a uma parte delas, a um público que, de outro modo, seria privado desses bens culturais (Albiere, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As celebrações (nesse caso, dos 150 anos da imigração italiana) são portadoras de sentidos, permitindo perceber as construções do passado que materializam a memória em espaços eleitos – “lugares da memória”, enraizada em construções e monumentos, buscando a perpetuação voluntária ou involuntária de territórios afetivos –, âncoras da memória coletiva (Le Goff, 1996).

Esta pesquisa buscou rastrear aspectos da história do antigo Hospital Matarazzo, desde a criação da Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo (1878) até o encerramento das suas atividades (1993), priorizando as disputas em torno da preservação e da construção do Cidade Matarazzo e observando os motivos do tombamento pelo CONDEPHAAT (1986, considerado patrimônio histórico ligado à comunidade italiana na cidade), os anos de abandono/deterioração do conjunto e a revisão do tombamento.

É verdade que existem edifícios que, valendo-se do sublime, se impõem de forma imediata. Mas essa situação é rara. A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica, mais difícil de apreender no caso dos edifícios históricos que se tornam órfãos da destinação prática que lhes deu origem (Choay, 2017, p. 230).

O percurso entre a fundação do Hospital Matarazzo e a construção do Cidade Matarazzo insere-se num campo de disputas entre preservação da memória *versus* requalificação/ressignificação do bem tombado, enfatizando os conflitos entre salvaguarda do patrimônio histórico e da memória e as transformações, destacando-se que, nesse caso, a gentrificação levou a ressignificações desse território urbano, tendo como vetor a elitização dos seus espaços.

Uma nova “gentrificação complexa” e institucional inaugura agora uma renovação urbana de dimensão classicista. Essa gentrificação classicista complexa conecta o mercado financeiro mundial com os promotores imobiliários (grandes e médios), com o comércio local, com agentes imobiliários e com lojas de marcas, todos estimulados pelos poderes locais, para os quais os impactos sociais serão doravante mais assegurados pelo mercado do que por sua própria regulamentação; a lógica do mercado, e não mais os financiamentos dos serviços sociais, é o novo *modus operandi* das políticas públicas (Smith, 2007, p. 72).

## REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. **Histoire vagabonde**. Paris: Gallimard, 1988. v. 1.

ALBIERE, Sara. História pública e consciência histórica. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. **Associativismo, proteção social e poder público no Segundo Reinado: mutuais e beneficentes na pluralização do espaço público da Corte (1860-1882)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Desenho da fachada da Capela do Hospital Matarazzo em 1921**. Obras Particulares, Caixa R 5. São Paulo, 1921.

BANDEIRA JR., Antonio Francisco. **A indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Typ. do “Diario Official”, 1901.

BASSANEZI, Maria Silvia; SCOTT, Ana Silvia; TRUZZI, Oswaldo; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Atlas da imigração internacional em São Paulo – 1850-1950**. São Paulo: Edunesp/Fapesp, 2008.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

BIONDI, Luigi. **Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo – 1890-1920**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BIONDI, Luigi. Identidades e atuação política dos imigrantes italianos em São Paulo entre 1880 e 1920: uma experiência transnacional. *In*: MATOS, M. Izilda de; MENEZES, Lená M. *et al.* (org.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020. p. 91-101.

BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo**, v. 18, p. 75-104, 2012.

BM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE S.A.; ISM GERENCIADORA DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. **Prospecto resumido referente à oferta pública de distribuição de contratos de investimento coletivo em suítes do empreendimento imobiliário denominado “Cidade Matarazzo” (“Prospecto”)**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://info.cidadematarazzo.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, n. 1-2, 4.º trimestre 1911 e 1.º trimestre 1912.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, p. 94-115, 1994.

CARELLI, Mário. **Carcamanos & comendadores: os italianos de São Paulo da realidade à ficção – 1919-1930**. São Paulo: Ática, 1985.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: “andiamo in’Merica”**. São Paulo: Edusp, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 19.354, 28 maio 1917.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 22.222, 8 jun. 1925.

COUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo: colosso brasileiro**. São Paulo: Planeta, 2004. v. 2.

D’AMARO, Vanessa. Jean Nouvel assina torre Mata Atlântica para Rosewood São Paulo, na Cidade Matarazzo. **Casa Vogue**, 2 maio 2022. Arquitetura. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2022/05/jean-nouvel-assina-torre-mata-atlantica-para-rosewood-sao-paulo-na-cidade-matarazzo.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, v. 124, n. 37, 22 fev. 2014.

EE DRA. MARIA AUGUSTA SARAIVA. **A escola em 1907**. 28 abr. 2014. Disponível em: <http://eedramariaaugustasaraiva.blogspot.com/2014/04/blog-post.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. Capela que “flutuava” do complexo Matarazzo reabre em São Paulo. **Nossa UOL**, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/agencia-estado/2021/11/16/capela-que-flutuava-reabre-em-sao-paulo.htm>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FERRERO, Gina Lombroso. Nell’America Meridionale. In: BRUNO, Ernani Silva (org.). **Memória da cidade de São Paulo – depoimentos de moradores e visitantes: 1553-1958**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1981.

FIGUEIREDO, Cybelle Alessandra Rodrigues. Arquitetura da saúde como patrimônio: Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará. In: FIGUEIREDO, Aldrin; MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa (org.). **Hospitais e saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. p. 97-109.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.779, 22 fev. 1986a.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.782, 26 fev. 1986b.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, n. 32.600, 5 jul. 2018.

FRANCHINI, Fernanda. **Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda, 2021.

GUEDES, Claudia Maria; ZIEF, Susan Gail; NEGREIROS, Plínio José Labriola C. **Clubes de imigrantes em São Paulo – SP**. In: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. S.l.: Dante Gastaldoni, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003.

KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de beneficência: o caso da Società Italiana di Bebeficenza in San Paolo Ospedale Umberto I**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

LACAZ, Carlos da Silva. **Médicos italianos em São Paulo**. Trajetória em busca de uma nova pátria. São Paulo: Aquarela, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LONDRES, Maria Cecília. Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada (considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação). In: **CADERNO de Estudos do PEP: Contribuição dos palestrantes da 1.ª Oficina PEP 2007**. Vassouras: CPDOC/IPHAN/UNESCO, 2007.

LUCA, Tania R. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1974.

MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

MAURO, Fillipe. Igreja “flutua” a 31 m para ser preservada em obra na região da Paulista. **Folha de S. Paulo**, 5 jul. 2018. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/igreja-flutua-a-31-m-para-ser-preserveda-em-obra-na-regiao-da-paulista.shtml>. Acesso em: 28 set. 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., Ouro Preto, 2009. v. 1, p. 25-39.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.177, 31 jul. 1986a.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.250, 24 out. 1986b.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 108, n. 34.453, 24 jun. 1987.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 125, n. 40.532, 7 out. 2004.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 130, n. 42.127, 18 fev. 2009.

RODRIGUES, Marly. **Alegorias do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, 1996.

ROSEWOOD SÃO PAULO. **Accommodation**. Copyright 2023. Disponível em: <https://www.rosewoodhotels.com/en/sao-paulo/accommodation?group=suites>. Acesso em: maio 2024.

SALLES, Maria do Rosário R. Os médicos italianos em São Paulo (1890-1930) – um projeto de ascensão social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-65, 1996.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial**, nov. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. CONDEPHAAT. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. **Processo 23.107/1984**. São Paulo, 1984.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. CONDEPHAAT. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. **Processo 23.374/1985. Livro do Tombo Histórico**, São Paulo, n. 255, 23 jan. 1987.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. CONDEPHAAT. Resolução SC 13, de 18 de fevereiro de 2014. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 37-38, 22 fev. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Departamento de Imigração e Colonização. **Estatísticas dos trabalhos executados pelo Departamento de Imigração e Colonização, durante o ano de 1962**. Anexos: quadros e gráficos demonstrativos das imigrações anteriores para o Estado de São Paulo. São Paulo, 1962. p. 44. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10014212&parte=2>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, v. 16, p. 391-416, 2014.

SMITH, Nell. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. *In*: BIDOUE-ZACHARIASEN, Catherine *et al.* **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2007. p. 59-87.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário** – trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias** – ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004b.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora Unesp, 2018.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social**, v. 20, p. 199-218, 2008.

WATANABE, Elisabete Mitiko. CONDEPHAAT: revisão do tombamento do Hospital Umberto I. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA, 8., 2016. Campinas, Unicamp, 2016.